



Sabotagem ao Plano Brady

Empresta-se somente aos ricos. Se tivéssemos esquecido tal princípio, dele nos lembrariamos certamente agora, quando o presidente mundial do Citicorp, John Reed, visita a América Latina. Pelo menos é o que se pode concluir das declarações que fez em Santiago do Chile o ilustre banqueiro. Fica difícil saber se o visitante pretendeu alertar os países endividados para que percam qualquer esperança, ou se quis enviar uma mensagem ao Grupo dos Sete, que, na última reunião de cúpula em Paris, concitou os bancos credores a dar efetividade ao Plano Brady.

O Citicorp, primeiro credor dos países latino-americanos, que no passado entendera que os pobres mereciam receber parte dos petrodólares que os países da Opep possuíam em excesso, avisa-nos agora de que os necessitados não mais interessam aos bancos, pelo que não devem nem sequer pensar em receber os investimentos dos países abonados. É verdade que à época da crise do petróleo, as nações ricas estavam em crise voltando agora a crescer...

Realmente, nos bastará ler as estatísticas para nos convencer de que os pobres não mais merecem a atenção da comunidade fi-

nanceira internacional. Em 1985, num total de emissões de obrigações internacionais de 167,8 bilhões de dólares, os países ricos, os da OCDE, receberam 87,7% e aqueles em desenvolvimento 4,3%; em 1989 (primeiro trimestre) num total de emissões de 69,6 bilhões, a OCDE recebeu 94,7%, devendo os países do Terceiro Mundo contentar-se com 1,1%. No tocante aos créditos a médio prazo, a diferença é ainda mais dramática: a participação dos países ricos passou de 69,2% para 92%, e a dos pobres de 22,7% para 4%. Os dados comprovam — sem porém justificá-la — a declaração do sr. John Reed.

Pode-se talvez entender que devedores que não possam honrar seus compromissos encontrem dificuldades para obter novos empréstimos. O que nos parece mais grave, nas declarações do presidente do Citicorp, é o que diz em relação ao acordo firmado com o México e às perspectivas reservadas aos outros devedores. Afirmou o sr. Reed que as concessões feitas pelos bancos internacionais ao México não deverão se repetir, no caso de outros países endividados. Convém esclarecer que não disse que os bancos farão tais concessões a nações que apresentam a mesma atitude responsável

da do México (o caso, por exemplo, das Filipinas e da Venezuela). O que afirmou claramente é que os bancos internacionais não mais estão dispostos a renunciar a 15 bilhões de dólares, conforme ocorreu no caso do México.

Tal posição representa verdadeira declaração de guerra ao Plano Brady e uma rejeição do apelo feito pelo Grupo dos Sete. O fato parece-nos grave, por constituir autêntica provocação. É sério, uma vez que na comunidade financeira internacional, localizada fora dos Estados Unidos, considerava-se que o caso do México havia recebido uma solução generosa somente em razão dos interesses geopolíticos do governo de Washington, o que, naturalmente, não induz os bancos que não são norte-americanos a emprestar uma colaboração que está longe, mesmo no caso mexicano, de ser efetiva. A comunidade financeira internacional não está muito interessada em dar sustentação à política internacional dos EUA.

Na verdade, o banqueiro norte-americano, ao dirigir tais palavras a um continente em crise, não está confortando países que acreditavam que o ensaio realizado com o México estava abrindo novas perspectivas. O sr. John

Reed, longe de contribuir para oferecer certa tranquilidade aos países endividados, está fortalecendo os partidos que, neles, ora propõem uma política de confronto que teria por consequência a interrupção de qualquer fluxo de capitais e da criação de condições para uma retomada do desenvolvimento. O Citicorp parece decidido a enfrentar tal desafio contando com as provisões (todavia inferiores às de outros países), que amealhou com vistas a uma eventual cessação de pagamentos.

Para o Brasil, a situação é mais grave ainda neste momento em que tentamos obter um acordo com o FMI, especialmente quando, ao que parece, não contamos com qualquer apoio do governo de Washington, que simplesmente nos esquece. Não podemos, porém, deixar de estabelecer uma ligação entre a ameaça de recessão que paira sobre a economia norte-americana e a vantagem que decorreria para um país como os Estados Unidos de uma retomada do desenvolvimento numa economia como a brasileira. Não se pode esperar que um banqueiro seja também diplomata, mas, obrigatoriamente, deve ser pelo menos sensível aos problemas econômicos...